

OS DIREITOS SOCIAIS DO AGRICULTOR RIBEIRINHO: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO EM “EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA” NAS RESERVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ E AMANÁ, AMAZONAS

André Luis de O Araújo – Graduando do Departamento de Geografia da UERJ e voluntário em pesquisa e extensão do Programa de Agricultura Familiar do IDSM

dedread@ig.com.br

Jó Marinho – Voluntário em pesquisa e extensão do Programa de Agricultura Familiar do IDSM

jo.pereira-9@bol.com.br

Bianca Lima – Coordenadora/Pesquisadora e Extensionista do Programa de Agricultura Familiar do IDSM

bianca@mamiraua.org.br

Janaina de Aguiar – Pesquisadora/Extensionista do Programa de Agricultura Familiar do IDSM

janaina@mamiraua.org.br

Amintas L da Silva Jr - Pesquisador/Extensionista do Programa de Agricultura Familiar do IDSM

amintas@mamiraua.org.br

O presente artigo tem por objetivo apresentar um trabalho em extensão rural realizado pelo Programa de Agricultura Familiar do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), durante o segundo semestre de 2004, cujos esforços estiveram voltados para o desenvolvimento de uma proposta em educação para cidadania, que possibilite aos moradores das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amaná (RDSM e RDSA) o conhecimento de seus direitos sociais e a superação dos entraves locais. Esta modalidade de unidade de conservação tem como principal característica a permanência da população local que maneja os recursos naturais e auxilia na vigilância da reserva, assegurando seu direito ao uso da terra. Localizadas na região central do estado do Amazonas entre os rios Negro e Solimões, em ambientes de várzea e terra firme, as RDSM e RDSA têm implementado pelo IDSM programas que procuram promover além da conservação e o manejo dos recursos, a melhoria das condições de vida de seus habitantes. Historicamente, estes habitantes estabeleceram uma íntima relação com o ecossistema em que vivem, sobrevivendo da pesca, agricultura e extrativismo baseados no trabalho familiar e comunitário. Qualquer ação junto a esta população deve levar em consideração que o modelo de desenvolvimento imposto ao rural brasileiro gerou uma realidade excludente onde encontramos uma extrema concentração de renda e terra, por isto a extensão rural tradicional dele conseqüente não atende às demandas sociais do país. A proposta então é uma extensão que resgate esta enorme dívida social, capaz de abrir espaços para (re) construção da cidadania e que tenha como público aqueles que exploram suas unidades de produção com força de trabalho familiar, com ou sem-terras,

assalariados, bóias-frias, marginalizados do campo. Para isto, entende este público como sujeito da história, potencializando sua cultura e seus conhecimentos, propondo abordagens participativas favorecendo iniciativas do grupo familiar e da comunidade, em detrimento do paternalismo e das soluções prontas. (CAPORAL & BEBER, 1994). Nesta perspectiva, o tema deste trabalho reflete uma demanda social que pode ser dimensionada através dos questionários estruturados em pesquisas e monitoramentos do PAF nas duas reservas. Os quais permitem registrar, por exemplo, que à pergunta *onde devem reclamar seus direitos enquanto agricultor*, os maiores índices foram de 33,5% dos entrevistados respondendo que não sabiam, enquanto outros 12% responderam simplesmente que não reclamavam. Além de identificar demandas, as pesquisas e diagnósticos rurais participativos pretendem criar um entendimento sobre a especificidade local em termos sócio-espaciais. Em um segundo momento através do uso de metodologias participativas, reuniões comunitárias, e a observação participante; o trabalho teve como foco os Direitos da Seguridade Social, e quando necessário, se abordava outras vertentes dos direitos sociais como as políticas setoriais e financiamentos ou as políticas sociais afirmativas. Há de se considerar que esta opção tem a vantagem de gerar em curto prazo benefícios para os agricultores, com o próprio esforço dos mesmos. O que em termos de incentivo à mobilização social e mudança de costumes é essencial. Os direitos da cidadania, isto é, direitos básicos e fundamentais, como educação e saúde pública de qualidade, direito ao voto e o próprio direito à obtenção de registros tais como certidões de nascimento e outras do gênero, a todo momento esteve presente no projeto, de forma a tentar inibir o clientelismo, e a invisibilidade do indivíduo perante o Estado. Excluindo a aposentadoria, bastante difundida “no interior” e instrumento para conquista de eleitores, na maioria das comunidades envolvidas, as pessoas desconheciam a existência dos seus direitos da previdência. As atividades empregadas abordaram o que é garantido pela lei e o que acontece na realidade para, a partir do conhecimento do primeiro transformar o segundo. Com este intuito algumas atividades e materiais didáticos foram produzidos: quatro programas de rádio, uma apostila resumo Guia na Previdência, uma proposta de cartilha e de banner educativos; que junto ao diálogo com a agência regional do INSS e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tefé, apresentaram êxito, elevando a auto-estima dos comunitários e aumentando o número de benefícios adquiridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPORAL, F. R.; COSTA BEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Reforma Agrária**, v.24, n.3, p.70-90, set./dez. 1994.

**LES DROITS SOCIALES DU AGRICULTEUR DU FLEUVE: UNE EXPERIENCE
D'EXTENSION EN "EDUCATION POUR LA CITOYENNETÉ" DANS LES RESERVES
DE DEVELOPPEMENT DURABLE MAMIRAUÁ ET AMANÁ, AMAZONAS**

**André Luis de O Araújo – Graduando do Departamento de Geografia da UERJ e voluntário
em pesquisa e extensão do Programa de Agricultura Familiar do IDSM**

dedread@ig.com.br

**Jó Marinho – Voluntário em pesquisa e extensão do Programa de Agricultura Familiar do
IDSM**

jo.pereira-9@bol.com.br

**Bianca Lima – Coordenadora/Pesquisadora e Extensionista do Programa de Agricultura
Familiar do IDSM**

bianca@mamiraua.org.br

**Janaina de Aguiar – Pesquisadora/Extensionista do Programa de Agricultura Familiar do
IDSM**

janaina@mamiraua.org.br

**Amintas L da Silva Jr - Pesquisador/Extensionista do Programa de Agricultura Familiar do
IDSM**

amintas@mamiraua.org.br

Le present article a l'objectif de presenter un travail d' estension rurale realisée par le Programme d'Agriculture Familiale de L'Institut de Développement Durable de Mamirauá (IDSM), pendant le second semestre de 2004, duquels efforts étaint tournés au developpement d'une proposition en education pour la citoyenneté, que permet les habitantes des Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amaná (RDSM et RDSA) la conaissance de leurs droits sociales et surmonter les entraves locales. Cette modalité de unité de conservation environnementale se caracterise par la permanence de la population locale que manie les ressources naturelles et aide la vigilance de l'unité de conservation, assurant leur droit sur l'usage de la terre. Localisées sur la region centrale de l'état d' Amazonie, parmi les fleuves Negro et Solimões, dans des environnements de forêt et de plaines, les RDSM e RDSA on fait a travers du IDSM, des programmes que visent proposer la conservation e le manierdes ressources, surtout la amélioration des conditions de vie des leurs habitants. Historiquement, leurs habitants ont etabli une relation très intime avec l'ecosysteme, en survivant de la pêche, agriculture et extrativisme basée sur le travail familiale e communautaire. Quelque soit l'action sur cette population doit percevoir que le model de developpement imposé sur le rurale brésilien a engendré une realité excludente dont on peut voir une concentration extreme de la terre et de la rente, donc l'extension rurale traditionnelle n'attends pas les besoins sociales du pays. La proposition donc c'est d'une extension que rachete cette enorme dette social, en etaint capable de (re)construir la citoyenneté et que a comme publique ceux qui exploitent ses unités de production avec la puissance du travail familiale, avec ou pas les "sans-terre", salariés,

bóias-frias, maginalizadas sur les campagnes. Pour ceci, on comprend ce public comme sujet de l'histoire, élever leur culture et connaissances traditionnelles a une puissance que propose des abordages participatives, favorisant des initiatives des groupes familiaires et de la communauté, en detriment du paternalism et des solutions prêtes. (CAPORAL & BEBER, 1994). Dans cette perspective, le theme du travail reflet une demmande sociale que peut etre dimmensionée a travers des questionnaires estruturés en recherches du PAF dans les 2 lieux. Ceux nous permet registrar, par exemple, que la question d'où les populations doivent réclamer leurs droits pendant leur identités, les majeurs indices ont eté de 33,5% des interviewés en repondant que ne savaient pas, pendant que 12% ont répondu simplement que ne reclamaient pas. Au-delá d'identifier des demandes, les recherches et les diagnoses rurales participatives ont l'objectif de créer une connaissance sur l'especificité locale dans le sens socioespaciales. Dans un second moment, a trevers de l'usage de metodologies participatives, des reunions comunotaires, et l'observation participée ; le travail a eu comme objectif les Droits de la Sécurité Sociale, et quand necessaire, le travail abordait d'autres versants des droits sociales comme les politiques sectoriales et des mise des fonds ou les politiques sociales afirmatives.

Il faut considerer que cette option a une avantage de gérer dans un bref délai des benefices aux agriculteurs, avec leurs propre efforts. Ce que en se parlant de stimulant à mobilisation sociale et le changement de coutumes est essentielle. Les droits de citoyenneté, les droits basiquement necessaires et fondamentales, comme l'éducation et la santé publique de qualité, le droit au vote et même le droit à obtention de registres telles comme attestation de naissance, etc, pendant tout le moment ont eté presentes dans le project, avec l'objectif d'arreter le clientelisme et la invisibilité du individue devant l'État. En excluent le retraite, très parlé dans "l'interieur" et instrument de conquête d'électorat, la majorité des communautés engagées dans le project, les gens ne connaissaient pas leurs droits de la previdence sociale. Les activités abordaientce qui est garanti par la loi et ce que ça se passe sur la realitée, a partir de la connaissance du premier transformer le second. Avec ce dessin certains activités et materiaux didatiques ont eté produits: quatre programmes de radio, une apostille resumé Guia na Previdência, une proposé de cartilles et des banners educatives ; que sommés au dialogue avec l'agence regionale du INSS et le Sindicato des Trabalhadores Turaes de Tefé, ont présenté succès, en montant la auto-estime des communautés et en élevant le nombre de benefices obtenues.

REFERENCES

CAPORAL, F. R.; COSTA BEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Reforma Agrária**, v.24, n.3, p.70-90, set./dez. 1994.